



**PAULO RICARDO STIPSKY**

# **PRECEDENTES JUDICIAIS E LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ**

**PARTES NA LIDE DE ACORDO COM O MODELO  
CONSTITUCIONAL DE PROCESSO CIVIL**

**Prefácio PETER PANUTTO**



**DIALÉTICA**  
EDITORA

Copyright © 2021 by Editora Dialética Ltda.

Copyright © 2021 by Paulo Ricardo Stipsky.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

**Capa:** Clara Lima  
**Diagramação:** Emily Macedo  
**Revisão:** Responsabilidade do autor

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

**S859p** Stipsky, Paulo Ricardo.

Precedentes judiciais e litigância de má-fé : a nova dispensa da responsabilidade das partes na lide de acordo com o modelo constitucional de processo civil / Paulo Ricardo Stipsky; prefácio Peter Panutto. -- São Paulo : Editora Dialética, 2021.  
256 p.

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-252-0760-5

I. Precedentes Judiciais. 2. Litigância de Má-fé. 3. Processo Civil. I. Stipsky, Paulo Ricardo. II. Título.

CPD 340

CPU 34

Ficha catalográfica elaborada por Mariana Brandão Silva CRB-1/3129



**DIALÉTICA**

EDITORA

editoradialetica  
@editoradialetica

www.editoradialetica.com

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>23</b>
<b>1 OS PRECEDENTES JUDICIAIS NO CPC/2015: O NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO EM BUSCA DA EFETIVIDADE JURÍDICO-PROCESSUAL</b>	<b>27</b>
1.1 PRECEDENTES JUDICIAIS: LEGITIMAÇÃO E RACIONALIDADE	30
1.2 O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	32
1.3 O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL INFRACONSTITUCIONAL	37
1.4 O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE: AS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS NO CPC/2015	43
1.5 O ARTIGO 927 DO CPC/2015: O QUE SÃO PRECEDENTES JUDICIAIS?	48
1.5.1 A constitucionalidade do artigo 927 do CPC/2015: a formação de precedentes no <i>common law</i> e no <i>civil law</i> ( <i>law-making judge</i> )	50
1.5.2 A constitucionalidade do artigo 927 do CPC/2015: a independência funcional do magistrado e o dever observação de precedentes judiciais pelos juízes e tribunais	56
1.5.3 Os precedentes judiciais no CPC/2015: decisões, enunciados, teses e orientações do plenário ou do órgão especial (927, CPC/2015)	62
1.5.3.1 As decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade (927, I, CPC/2015)	64
1.5.3.2 Os enunciados das súmulas (vinculantes e não vinculantes) do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e os enunciados das súmulas do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional (927, II e IV, CPC/2015)	70
1.5.3.3 Os incidentes de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e os recursos extraordinário e especial repetitivos (927, III, CPC/2015)	75
1.5.3.4 A orientação firmada pelo plenário ou pelo respectivo órgão especial aos quais estiverem vinculados os juízes (927, V, CPC/2015)	78
1.6 JURISDIÇÃO, PRECEDENTES JUDICIAIS E SOCIEDADE	81

<b>2 OS ESCOPOS DA JURISDIÇÃO: BOA-FÉ, COOPERAÇÃO E A TENSÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO CIVIL</b>	<b>85</b>
2.1 DIREITO FUNDAMENTAL DE AÇÃO (ACESSO À JURISDIÇÃO)	88
2.2 DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO	92
2.2.1 O problema (histórico e globalizado) da morosidade do processo e a preocupação com a razoável duração do processo no direito comparado	96
2.2.1.1 As partes e a razoável duração do processo na Europa	98
2.2.1.2 As partes e a razoável duração do processo na América Latina	107
2.3 DIREITO FUNDAMENTAL AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA	114
2.4 A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO E A EFICÁCIA HORIZONTAL DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	118
2.5 A BOA-FÉ, A COOPERAÇÃO E A RESPONSABILIDADE DAS PARTES NO PROCESSO CIVIL: A DECISÃO DE MÉRITO JUSTA E EFETIVA	123
2.6 A ORIGEM, A EVOLUÇÃO E A RELEVÂNCIA DA BOA-FÉ COMO ELEMENTO DE CONDUTA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	126
2.7 O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: A BOA-FÉ NO CPC/1939	133
2.8 O TRATAMENTO DA BOA-FÉ PROCESSUAL NO CPC/1973	136
2.9 A COOPERAÇÃO NO CPC/1973: O ADVENTO DA CRFB/1988	139
2.10 A BOA-FÉ, A COOPERAÇÃO E AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: O ADVENTO DO CPC/2015	140
2.10.1 A definição e as características da boa-fé no CPC/2015	146
2.10.2 A definição e as características da cooperação no CPC/2015	149
2.11 A BOA-FÉ, A COOPERAÇÃO E OS PRECEDENTES JUDICIAIS	154

<b>3 AS PARTES, O DEVER DE PROIBIDADE NA LIDE E OS PRECEDENTES JUDICIAIS: O CONTROLE DO DESVIO DE FINALIDADE NO CPC/2015</b>	<b>157</b>
3.1 ABUSO DE DIREITO E DESVIO DE FINALIDADE	160
3.2 OS DEVERES DAS PARTES NA LIDE: O ATO ATENTATÓRIO CONTRA A DIGNIDADE DA JUSTIÇA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	165
3.2.1 O dever de expor os fatos em juízo conforme a verdade	169
3.2.2 O dever de não formular pretensão e o dever de não apresentar defesa quando ciente de que são destituídas de fundamento	172
3.2.3 O dever de não produzir provas e o dever de não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito em juízo	174
3.2.4 O dever de cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e de não criar embaraços à sua efetivação	175
3.2.5 O dever de declinar, na primeira oportunidade, o endereço residencial ou profissional para fins de recebimento de intimações	178
3.2.6 O dever de não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou no estado de fato de direito litigioso	180
3.2.7 A multa por ato atentatório contra a dignidade da Justiça	182
3.3 A RESPONSABILIDADE DAS PARTES POR DANO PROCESSUAL E OS PRECEDENTES JUDICIAIS: A LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NO CPC/2015	185
3.3.1 A dedução de pretensão ou a dedução de defesa contra texto expresso de lei ou contra fato incontroverso	187
3.3.2 A alteração da verdade dos fatos	191
3.3.3 O uso do processo para conseguir objetivo ilegal	193
3.3.4 A oposição de resistência injustificada ao andamento do processo	195
3.3.5 A conduta temerária em qualquer incidente ou ato do processo	197
3.3.6 A provocação de incidente manifestamente infundado	200
3.3.7 A interposição de recurso com intuito manifestamente protelatório	203

3.3.8 A multa por litigância de má-fé e o dever de indenizar a parte contrária pelos prejuízos sofridos em decorrência do abuso	205
3.4 OS MECANISMOS DE ACELERAÇÃO DA DECISÃO DE MÉRITO, OS PRECEDENTES JUDICIAIS E A HIPÓTESE DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ	210
3.4.1 A improcedência liminar do pedido (332, CPC/2015)	213
3.4.2 O julgamento antecipado (parcial) do mérito (355 - 356, CPC/2015)	217
3.4.3 A negativa de provimento ou o provimento ao recurso por decisão monocrática do relator no tribunal (932, IV e V, CPC/2015)	219
3.5 DISTINÇÃO, SUPERAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS: ÔNUS ARGUMENTATIVO E LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ	222
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>231</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>235</b>